

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Trabalho 3285 - 1/7

ALEGORIA DA CAVERNA E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Viana, M C A.; Oliveira, N K;

introdução

É amplo e divergente o debate acadêmico e militante sobre a participação efetiva dos movimentos sociais populares no processo de controle político, na literatura nacional e internacional. Essa divergência já está presente no período da filosofia grega fortemente marcado pela presença de Sócrates (470-399 a.C.) e Platão (427-347 a.C.), quando as questões sobre o homem são colocadas no centro dos debates e embates intelectuais. Desse período, vale ressaltar “A República”¹ de Platão, provavelmente a mais esmerada monografia que já se escreveu sobre a justiça humana, apesar de não ser uma defesa da igualdade entre os homens perante a lei (isonomia) e do humanitarismo. Trata-se de uma obra sobre os diálogos entre Sócrates e seus discípulos, notadamente Glauco, todavia oposta fortemente à democracia, por esta ser um regime das populações, das massas de pobres impulsionadas pelo desejo de ter acesso às coisas e à vida política, à base material para uma existência digna. Paradoxalmente, Platão passa a ocupar um lugar de destaque no processo de construção de um mundo civilizado e ocidental, cuja obra é largamente adotada nos centros de formação, principalmente nos cursos introdutórios. E os cursos de formação na área da saúde não escapam disso. Por isso, ele deve ser mais criticamente avaliado e responsabilizado em grande parte pelas enormes tragédias, em geral praticadas contra grandes contingentes populacionais, sob o lema de ordem, progresso, civilização e humanidade.

¹ Platão. A República. São Paulo: Nova Cultura, 1997

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 3285 - 2/7**alegoria da caverna**

O Livro VII de “A República” de Platão é um texto largamente estudado nos cursos introdutórios de Filosofia, sendo popularmente conhecido como “Mito da Caverna”. Certamente, parece mais adequado usar o termo alegoria do que mito porque este se refere a algo fantasioso, o que era propriamente o que Platão tinha em mente, enquanto aquele significa uma comparação, algo plausível. Em geral, trata-se de um texto sobre a maneira como segue o estado da natureza relativamente à instrução e à ignorância das pessoas. E, em particular, sobre a educação como arte de conversão da alma, por meios mais fáceis e mais eficazes, no percurso do bom caminho. Daí, afirma Platão, aquele que não possuir as virtudes da alma, mediante a educação, poderá vir a obtê-las pelo hábito e exercício, mas “a capacidade de pensar pertence muito provavelmente a algo de mais divino” (p.230), cuja força não se esmaece, quer voltada para o bem quer voltada para o mal. Assim, a disciplina e orientação desde a infância possibilitariam o acesso à verdade, seguramente divina na compreensão de Platão.

Para o escopo deste texto, resumidamente, essa alegoria refere-se a uma situação plausível vivenciada por pessoas com determinada noção das coisas e fatos do mundo, a saída de uma dessas pessoas desse ambiente para a obtenção de conhecimentos, o retorno ao seu local de origem e a diferenciação de relacionamento com seus semelhantes.

educação permanente

A educação permanente trata do processo de aprendizagem ao ritmo das diferenças sociais, culturais e religiosas dos sujeitos sociais, cujas necessidades sentidas, condições e oportunidades de absorver e refletir sobre o conhecimento ao longo da vida requer um tempo adequado e momentos diferenciados.

Especificamente, a educação permanente em saúde é compreendida pelos processos formais de transmissão e construção de conhecimentos por meio de encontros, cursos, oficinas de trabalho, seminários e o uso de metodologias de

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Guardiã

Trabalho 3285 - 3/7

educação à distância, somados aos processos participativos e fóruns de debate e decisão, com presença de representação da Gestão, da Formação, da Atenção e do Controle Social. Isso deve ser feito a partir do texto da Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988, de que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196). E, sobretudo, da compreensão de que essas ações e serviços de saúde representam o retorno de tributos e contribuições sociais pagos ao Estado, nos três níveis de governo.

discussão

Na tradição da política grega, afirma Ribeiro², a caracterização de uma democracia contém um forte componente da participação social das massas populares, ao contrário da consideração, quase consagrada, de que a democracia é puramente uma questão formal, jurídica, constitucional e, contemporaneamente, burguesa. É bem verdade que esse tipo de democracia formal prevalece na modernidade, mais ou menos nos séculos XVII e XIX, como pano de fundo para a consolidação da prevalência do capitalismo como modo de produção econômica, com a instauração de impérios econômicos de abrangência mundial. Contudo, com as lutas sociais no século XX, a democracia passa de um regime apenas político para adquirir uma dimensão social, com a entrada na cena política dos grandes contingentes de massas populares mobilizados por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

No texto da Alegoria da Caverna, a ida ao lugar externo para a obtenção de conhecimento é uma decisão de foro íntimo de uma pessoa, solitária e individualizada, e não uma deliberação com base na demanda do grupo social.

² Cf. Renato Janine Ribeiro, o artigo “Democracia versus República: a questão do desejo nas lutas sociais”, na coletânea organizada por Newton Bignotto, “Pensar a república”, publicada pela Editora da UFMG, em 2005.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Trabalho 3285 - 4/7

No texto de Platão, o mundo exterior detentor de um nível de conhecimento mais elevado e teorias explicativas visitado pelo morador da caverna pode ser tanto um território factível quanto um território mítico.

Na perspectiva de educação permanente em uma comunidade, a viagem ao primeiro tipo de território pode simbolizar o intercâmbio possível entre pessoas, livre de fronteiras e xenofobias, com a finalidade de difusão de conhecimento em busca de um mundo melhor, o que pode ocorrer com restrição e resistência à introdução de outros saberes etc. Todavia, qualquer inovação deve ser sempre acompanhada com criticidade, porquanto uma verdade recém estabelecida (ou aceita) pode rapidamente mostrar-se falsa ou de menor magnitude, como acontece amiúde.

A viagem ao segundo tipo de território ocorre seguramente sob um véu (tecnológico) de mistérios, o que serve para conferir ao viajor um status mais elevado por ter se saído bem de todas as provas com distinção em tudo e de toda maneira, no seu agir e nas ciências. Com isso, ele deverá ser exigido até o limite de suas capacidades e estimulado a elevar a parte luminosa de seu ser ao Supremo que ilumina todas as coisas. Para Platão, homens como este viajor devem ser os verdadeiros políticos, e responsáveis pelas tarefas de administração e governo da vida social hierarquicamente organizada e controlada.

Seguramente encontra-se neste texto de Platão a defesa de um processo de difusão de conhecimento mediante a prática de educação, porém de maneira desigual e hierárquica, o que parece conceder alguma legalidade ao brocardo “conhecimento é poder”. Para ele, alguns poucos detêm a capacidade de alcançar maiores conhecimentos, até o nível das verdades das essências das coisas e fatos do mundo, o que de resto é atributo do conceito deus. Contudo, vale salientar, ele pensa sobre um mundo já profundamente marcado e dividido por diferenças econômicas e sociais. Para ele a justiça não poderia ser adotada de maneira direta e aritmética porque cada pessoa tem necessidades e desejos equivalentes, o que exigiria a aplicação do princípio da igualdade, a *égalité* dos revolucionários franceses de 1789. Ao contrário, Platão defende a distribuição do bônus da produção de maneira geométrica, ponderada: quem tem mais (capital) auferirá mais (rendimentos), ou quem sabe mais, fica com mais. Neste caso, não se deve levar em conta o ônus da produção, diria Platão, nem tampouco os

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza**Trabalho 3285 - 5/7**

aspectos da reprodução biológica e social das pessoas.

Certamente a prática definida de educação permanente, particularmente em saúde, possui percurso bastante afastado daquele defendido por Platão, e apresenta consistência intelectual para o enfrentamento da situação cotidiana de realização das tarefas dos processos educacionais em uma comunidade em qualquer latitude, quer uma caverna local quer uma caverna planetária.

Os recursos técnico-científicos existentes em escala mundial devem ser largamente utilizados nos processos de educação permanente, com a colocação do trabalho socialmente necessário para a produção econômica no centro das questões da vida das pessoas e comunidades, inclusive com a adoção da estratégia da equidade, que consiste em disponibilizar recursos a quem possui ou teve menos condições. Para superar essa situação, as diretrizes para a educação permanente devem contemplar processos formais de transmissão e construção de conhecimentos mediante a realização de encontros, cursos, oficinas de trabalho e seminários, com metodologias de educação diversas, com o estímulo à participação da população nas instâncias e processos de decisão de planejamento e execução. Contudo, as práticas de educação permanente devem incluir processos de aprendizagem ao ritmo das diferenças sociais, culturais e religiosas dos sujeitos sociais, cujas necessidades sentidas, condições e oportunidades de absorver e refletir sobre o conhecimento ao longo da vida requer um tempo adequado e momentos diferenciados.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, as questões da educação em saúde passam a fazer parte das atribuições finalísticas do SUS. A partir disso, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, adotada pelo Ministério da Saúde, determina que a formação dos trabalhadores em saúde ocorra na perspectiva da educação permanente. Nessa perspectiva, são imprescindíveis a direcionalidade das ações nos serviços de saúde, a capacidade de gestão e programação dos projetos, e a integralidade desses projetos, com o desenvolvimento dos recursos humanos, nos níveis profissionais e auxiliares.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Trabalho 3285 - 6/7

conclusões

Numa perspectiva humanitária, obviamente contra Platão, uma teoria de justiça seria baseada em três exigências ou propostas: *i*) o princípio igualitário, *ii*) o princípio geral do individualismo, e *iii*) o princípio da segurança do indivíduo assegurado pelo Estado. Com isso, a justiça deve ter sentido com base na igualdade na distribuição dos ônus da cidadania, ou seja, nas limitações da liberdade individual, imprescindíveis para a vida social; isonomia dos cidadãos perante a lei, sem privilégios ou prejuízos de determinados cidadãos individuais, ou grupos, ou classes; e na imparcialidade das cortes de justiça principalmente na distribuição dos benefícios socialmente produzidos.

No processo de enfrentamento à desigualdade, pode-se adotar um tipo de distribuição proporcionalmente inversa de bens e serviços, que é a estratégia da equidade, isto é, intensificar a atenção aos mais carentes e destituídos, o que permite o rápido acesso aos itens básicos para uma vida digna às grandes massas de contingentes de miseráveis em todos os quadrantes do planeta. Esses contingentes se mesclam e se transformam no processo das lutas e da história concreta das mobilizações sociais, com a organização dos movimentos de maneiras diferenciadas: de um lado, aqueles com base na existência legal e no poder de barganha na esfera da produção; e, por outro, aqueles movimentos de donas de casa, de favelados, das periferias destituídas etc., de menor poder de barganha e pressão na esfera da produção, sem base legal e genericamente confinados à esfera da reprodução biológica.

A atual Constituição Federal do Brasil é seguramente o resultado de experiências de décadas de verdadeiros avanços nas lutas sociais, com a reorganização sindical, expressa na fundação de centrais sindicais e na retomada democrática de sindicatos, urbanos e rurais, e política, com a reforma partidária e a fundação de um partido de trabalhadores de massas. Contudo, de uma determinada perspectiva, pode-se observar um descenso do fluxo movimentista na esfera da produção econômica e na da reprodução biológica, nos meados da década de 1990, com fortes restrições àquelas conquistas econômicas e sociais, realizadas nas duas décadas anteriores. Geralmente classificada de neoliberal, a política de ajuste econômico e social, com ramificações por todo o planeta, é o

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza**Trabalho 3285 - 7/7**

pano de fundo da diminuição do ímpeto do fluxo movimentista das décadas de 1970 e 1980, com o direcionamento para os espaços institucionais de gestão da política, inclusive conquistas eleitorais e governos municipais, estaduais e federal. O que ocorre no Brasil pode ser considerado como corroboração da tese do historiador Moses Finley (1912 - 1986)³, de que o sucesso das democracias modernas tem como causa a apatia política dos cidadãos, o que pode ser classificado como fetiche democrático exercido pelo apelo à ordem legal, inscrição das demandas populares na constituição da sociedade, como o Sistema Único de Saúde.

Finalmente, pode-se afirmar que o arcabouço intelectual construído a partir das ideias de Platão, notadamente expressas em “A República”, deve ser criticado fortemente porque contribui muito pouco (ou quase nada) para a construção e efetivação da cidadania, aqui compreendida como o acesso universal aos bens e serviços socialmente produzidos, como a participação igualitária da vida política em cada comunidade, e como a efetivação e expansão da solidariedade entre as pessoas. E a essas falsas ideias republicanas devem ser contrapostas as diretrizes de educação permanente, as quais orientam os processos de participação social, de aprendizagem ao ritmo das diferenças sociais, culturais e religiosas dos sujeitos sociais, cujas necessidades sentidas, condições e oportunidades de absorver e refletir sobre o conhecimento ao longo da vida requer um tempo adequado e momentos diferenciados.



³ Cf. o prefácio de Marilena Chauí à obra “quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970 – 1980”, de Eder Sader, publicada pela Editoria Paz e Terra, 1995.